

POLÍTICA PREFIGURATIVA, CATÁSTROFE E ESPERANÇA

Uri Gordon

EΙΜΑΣΤΕ ΕΙΚΟΝΑ ΑΠΟ ΤΟ ΜΕΛΛΟΝ
(Somos uma imagem do futuro)
Graffiti, motins gregos de 2008

A “política prefigurativa” tornou-se um termo comum para o ethos radical da unidade entre meios e fins. Nesta prática ética revolucionária, principalmente devido à tradição anarquista, a luta contra a dominação está ligada à construção imediata de alternativas sociais. Menos atenção tem sido dada à maneira peculiar de imaginar o tempo que esse conceito invoca. Este artigo mostra como o conceito de “prefiguração” se baseia em um enquadramento temporal específico, inconscientemente extraído da teologia cristã, em que se pensa que o futuro irradia para trás em seu passado. Traçando a prefiguração dos Padres da Igreja a ressurgimentos politizados nos Diggers e na Nova Esquerda, argumento que esse enquadramento temporal está de fato conectado a um “processo de reafirmação” mental, comum entre muitos revolucionários que extraíram confiança da noção de que estavam percebendo um caminho histórico pré-ordenado. Em seguida, ofereço a primeira revisão sistemática da unidade meios-fins expressa na tradição anarquista, e argumento que, ao contrário da “prefiguração”, tais expressões envolveram um enquadramento temporal generativo, em que o presente influencia o futuro, e não o contrário. A terceira e última parte argumenta que a ideia de prefiguração – ainda que não tomada literalmente – pode, no entanto, servir como um eco de falsa segurança, ao nos distrair convenientemente de uma disposição generativa para o futuro, agora que as promessas tradicionais de transformação revolucionária são substituídas por perspectivas de colapso ecológico e industrial. Para encerrar, sugiro substituir o termo “política prefigurativa” por “utopia concreta” – um conceito que carece de segurança, mas pode oferecer esperança mesmo diante da ansiedade e da catástrofe.

PREFIGURAÇÃO, RECURSÃO E GARANTIA

O termo “política prefigurativa” não surgiu entre os ativistas. Foi introduzido por dois teóricos sociais: Carl Boggs, que publicou dois artigos em 1977 referindo-se a uma tradição, modelo ou tarefa prefigurativa, e Wini Breines, que reformulou o termo dois anos depois como “política prefigurativa” em sua discussão. A popularidade recente do conceito reflete a atenção ao bordão radical dos protestos

alter-globalização do início dos anos 2000. Ao contrário dos sindicatos, ONGs e partidos políticos que também participaram desses protestos, os grupos radicais rejeitaram a organização de cima para baixo, o lobby e os programas voltados para a tomada do poder estatal. Em vez disso, promoveram práticas anti-hierárquicas e anticapitalistas: organização descentralizada em grupos e redes de afinidade; tomada de decisão por consenso; empresas voluntárias e sem fins lucrativos; menor consumo; e um esforço para identificar e combater regimes de dominação e discriminação como o patriarcado, o racismo e a homofobia nas próprias vidas e interações dos ativistas. A "política prefigurativa" é tipicamente associada a essas práticas e orientações – não a qualquer enquadramento temporal.

Muitos autores que discutem essas práticas o fazem em termos éticos, sem implicações temporais. Nessas discussões, a ideia de "fins" é entendida em termos de bens e valores (como em "um fim em si mesmo"), e não como um potencial estado futuro da sociedade (como em "um resultado final"). Benjamin Franks, por exemplo, enfatiza o valor intrínseco dos meios, contrastando-o com a valorização instrumental ou "consequencialista" encontrada entre as vanguardas autoritárias. Gabriel Kuhn também usa uma linguagem ética em vez de temporal ao associar a política prefigurativa com "a crença de que o estabelecimento de uma sociedade igualitária que permita o desenvolvimento individual livre depende de atores políticos implementarem os valores essenciais de tal sociedade imediatamente, em suas formas de organizar, viver, e lutar". Por fim, a afirmação ética de Cindy Milstein é explicitamente dissociada do futuro:

“Não estamos adiando a boa sociedade para um futuro distante, mas tentando abrir espaço para ela no aqui e agora, por mais hesitante e contorcido que seja... a consistência de meios e fins implica uma abordagem ética da política. Como agimos agora é como queremos que os outros comecem a agir também. Tentamos modelar uma noção de bondade mesmo enquanto lutamos por ela.”

Ainda assim, um sentido temporal de prefiguração aparece em algumas declarações, que relacionam diretamente as práticas atuais a um futuro possível. Brian Tokar define o conceito de prefiguração como “a ideia de que um movimento social transformador deve necessariamente antecipar os caminhos e meios da esperada nova sociedade”. Em seu livro *Anti-Capitalist Britain*, John Carter e Dave Morland escrevem que é “uma estratégia que é uma representação embrionária de um futuro social anarquista”. Por fim, usando termos que são muito significativos para nossa discussão, o sociólogo Steven Buehler define a política prefigurativa como uma estratégia na qual “a busca de objetivos utópicos é recursivamente construída na operação diária e no estilo organizacional do movimento”.

Esses enunciados introduzem uma terminologia que vai muito além do ético: antecipação, esperança, amadurecimento, repercussão, representação, utopia. Para começar a descompactar essa orientação para o futuro, gostaria de expor as raízes da ideia de prefiguração, que pode não ser familiar para os ativistas que usam o termo.

A ideia prefigurativa entrou na imaginação ocidental através da interpretação bíblica cristã. Desde seus primórdios, a teologia cristã abordou a Bíblia hebraica como um Antigo Testamento "tendo uma sombra dos bens futuros" (Hb 10:1). Despojado de seu caráter normativo e nacional, o significado cristianizado da Bíblia hebraica está em sua prefiguração do Evangelho, de tal forma que, nas palavras do Cardeal de Lubac, "Cristo nos aparece precedido pelas sombras e pelas figuras que ele mesmo havia lançado sobre história judaica". Assim, o apóstolo Paulo diz que Adão era "uma figura [τύπος, typos] daquele que havia de vir" (Rm 5:15), e que as provações dos israelitas no deserto "tornaram-se exemplos [τύποι, typoi] para nós" (1Cor.10:6). Em seu [ensaio] seminal¹ sobre o termo "figura", o estudioso literário Erich Auerbach identificou Tertuliano (c.160-225CE) como o primeiro Pai da Igreja a desenvolver as referências ocasionais de Paulo à prefiguração em uma abordagem sistemática para a interpretação das escrituras, conhecida hoje como Tipologia. Assim, entre muitos outros exemplos, em *Adversus Marcionem*, Tertuliano trata a nomeação de Josué por Moisés (Nm 13:16) como "uma figura das coisas por vir" [figura futurorum fuisse], ligando Josué ao seu homônimo, Jesus de Nazaré, e a liderança de Josué dos israelitas à liderança de Jesus do "segundo povo" – os cristãos – na "terra prometida... da vida eterna".

De acordo com Auerbach, "a partir do século IV, o uso da palavra figura e do método de interpretação relacionado a ela estão plenamente desenvolvidos em quase todos os escritores da Igreja Latina". O uso mais antigo que pude encontrar do termo específico "prefigurar" está na tradução latina de *Contra as Heresias de Irineu* (feita por volta de 380 dC). Aqui, ele escreve que "o primeiro testamento ... prefigurando [præfigurans] as imagens daquelas coisas que existem na Igreja". Logo depois, São Jerônimo (347-420) centrou sua 53ª Epístola (a Paulino, *De studi Scripturarum*) em como Cristo é "predestinado e prefigurado [prædestinatus autem, et præfiguratus] na Lei e nos Profetas". Assim, Deuteronomio é uma "prefiguração da lei evangélica [*Evangelicae legis præfiguratio*]", e Jonas "chama o mundo ao arrependimento, seu naufrágio prefigurando a Paixão do Senhor" [passionem Domini præfigurans]. Muitos outros exemplos usam uma terminologia diferente, desde a configuração da terra de Josué "descrevendo o reino espiritual celestial de Jerusalém", até Esther que

1 Disponível em: <http://bit.ly/1zUPeyv>

"na figura da Igreja [**in Ecclesiae typo**] liberta seu povo do perigo".

Foi Santo Agostinho de Hippo (354-430), no entanto, quem “desenvolveu esta ideia... profunda e completamente” de acordo com Auerbach. Auerbach dá muitos exemplos, aos quais podemos acrescentar as afirmações de Agostinho em Cidade de Deus de que Caim, "fundador da cidade terrena... significa os judeus que mataram Cristo, o pastor dos homens, que Abel, o pastor de ovelhas, prefigurava [*præfigurabat*]"; e que “o reino de Saul... era a sombra de um reinado ainda a se formar” e, portanto, David passou a oportunidade de matar Saul (1 Sam 24. 1-7), “em virtude do que estava sendo prefigurado” [*propter illud, quod præfigurabat*].

A prefiguração, então, é um **enquadramento temporal recursivo** no qual os eventos de uma só vez são interpretados como uma **figura** apontando para seu **cumprimento** em eventos posteriores, com a figura lançada no modelo do cumprimento. Nas declarações que acabamos de revisar, a interpretação é retrospectiva: tanto a figura quanto seu cumprimento (ou seja, os eventos do Antigo Testamento e os eventos do Evangelho) precedem a interpretação. Da mesma forma retrospectiva, poderíamos dizer que as declarações de Paulo “prefiguraram” os relatos mais completos de tipologia em Jerônimo e Agostinho. No entanto, a prefiguração também pode ser voltada para o futuro, com eventos atuais que prefiguram os futuros. Este sentido prospectivo é aquele em que João Batista antecipa "aquele que vem depois de mim" (Mateus 3:11) - anunciando sua própria prefiguração de Jesus. Igualmente importante para o esquema cristão, tal prefiguração prospectiva é transportada para as noções do Fim dos Tempos, com cada par figura-realização apontando para um terceiro, cumprimento final e conclusão na Segunda Vinda. Diante disso, afirma Auerbach,

“a história de nenhuma época tem sequer a autossuficiência prática que... [na visão moderna] reside no fato consumado... . . . todo modelo futuro, embora incompleto como a história, já está cumprido em Deus e existe desde toda a eternidade em sua providência”.

Dado o quão central esse enquadramento temporal era para a cosmovisão cristã, não é de surpreender que os movimentos de oposição na Europa medieval e no início da era moderna muitas vezes usassem linguagem prefigurativa. Um caso em questão é Gerrard Winstanley, líder dos Diggers, para quem a prefiguração se tornou a pedra angular de uma teologia revolucionária completa. Em seu panfleto de 1649 *The True Levellers Standard Advanced*², Winstanley justifica explicitamente a estratégia de ação direta dos Diggers – expropriando terras anteriormente comuns e retendo o trabalho assalariado – em termos de seu suposto cumprimento da profecia bíblica. Winstanley acreditava que o Reino de Deus poderia ser trazido à existência, não pela intervenção divina, mas pela ação humana

2 Disponível em: <http://bit.ly/2hLUBeV>

— estabelecendo uma sociedade igualitária em seu próprio tempo. Em vez de uma segunda vinda literal, ele esperava que o surgimento final do "Espírito de Cristo, que é o Espírito de Comunidade e Liberdade universal", ocorresse nas pessoas daqueles que "lançam o fundamento de fazer da Terra um tesouro comum". Portanto, declara ele, "os que estão decididos a trabalhar e comer juntos, fazendo da Terra um Tesouro Comum, dão as mãos a Cristo, para tirar a Criação da escravidão, e restaurar todas as coisas da maldição". Mais tarde, Winstanley usa sua própria tipologia para abordar preocupações sobre repressão e dificuldades:

“E temos a certeza de que, na força deste Espírito que se manifestou a nós, não seremos assustados, nem na prisão nem na morte... , e todas as Pessoas pobres por seus justos Trabalhos serão aliviadas e libertas da Pobreza e Estresse; Pois nesta obra de Restauração não haverá mendigo em Israel: pois certamente, se não houvesse Mendigo no Israel literal, não haverá Mendigo no Israel Espiritual, o Antítipo, muito mais.”

A declaração final de Winstanley (que, de fato, não se refere diretamente às escrituras, mas a uma observação que ele mesmo fez com frequência em seus escritos) descreve o trabalho dos Diggers como o cumprimento de uma figura do Antigo Testamento. Nos termos definidos acima, a prefiguração de Winstanley é retrospectiva, embora no presente perfeito. Os Diggers e suas ações não são uma figura, mas o cumprimento do "Israel Espiritual" prefigurado na Bíblia. Como veremos, no entanto, um uso da prefiguração explicitamente voltado para o futuro também é uma característica da imaginação revolucionária.

Entretanto, gostaria de argumentar que o pensamento prefigurativo de Winstanley é um exemplo do "processo de reafirmação", identificado pelo historiador Reinhard Koselleck entre numerosos "grupos de ativistas que desejavam... impulso, onde um só ajudou este movimento para a frente". Em seu ensaio **Sobre a Disponibilidade da História**, Koselleck descreve o processo de reafirmação como "um meio de fortalecer a vontade de apressar o advento do futuro planejado". Isso certamente se aplica à garantia de Winstanley de que as ações dos Diggers são o cumprimento predito de figuras bíblicas. É um enquadramento que, segundo Koselleck, "serve... como um alívio – a vontade de alguém se torna executora de eventos transpessoais – e como uma legitimação que permite agir em boa consciência”.

Eu gostaria de apontar para um ressurgimento desse processo de reafirmação em "The Way Forward", de Andre Gorz, publicado na *New Left Review* logo após o levante francês de 1968. Este artigo se destaca porque seu uso de prefiguração é anterior a Boggs em quase uma década, ao mesmo tempo em que integra o termo em um quadro marxista autoritário. Isso nos dá uma oportunidade única de examinar uma versão secular e política do raciocínio prefigurativo, *isolada* da estratégia ética anarquista à qual o termo normalmente se refere. Na verdade, Gorz emprega estereótipos

familiares do anarquismo, "apoiando-se na espontaneidade das massas, vendo a insurreição como o caminho real para a revolução", e como sendo "a teoria do tudo ou nada segundo a qual a revolução deve ser um ato quase instantâneo". Argumentando também contra "a construção imediata do socialismo e do comunismo", Gorz apela a uma estratégia "guevarista", na qual a vanguarda revolucionária se torne educadora das massas. O partido de vanguarda "prefigura o Estado proletário e reflete para a classe trabalhadora sua capacidade de ser uma classe dominante". No esquema de Gorz, os meios não prefiguram fins últimos, mas outros meios. Em vez de prefigurar uma "sociedade pós-revolucionária", os "órgãos centrais do partido, por sua coesão e capacidade de análise política, prefigurarão o poder central do período de transição".

O uso repetido de prefiguração por Gorz não pode ser descartado como mero floreio literário. Baseia-se, não menos do que a estrutura teológica de Winstanley, em um ponto de vista universal que liga passado, presente e futuro dentro de um plano em desenvolvimento. No caso dele, este é o programa revolucionário marxista ortodoxo. Seu enquadramento é claramente voltado para o futuro, com uma figura presente olhando para sua realização futura. O papel desejável da vanguarda no presente é assim elaborado de trás para frente a partir do final do jogo em que ela toma o poder do Estado. Somente a grande narrativa que fundamenta este programa, com sua descrição específica de classe e partido, pode oferecer uma imagem suficientemente clara do futuro (o estado dos trabalhadores) para formar um modelo para o presente. Somente um cenário revolucionário que é "dado" pode tornar inteligível tal projeção simbólica do futuro. Não se trata de endossar afirmações ambiciosas sobre um traço messiânico no coração do marxismo. A questão é que, neste esquema prefigurativo, o único caminho possível – se não garantido – para a revolução já está decidido.

Ainda mais importante, Gorz usa a prefiguração como um conceito quase transparente. O papel educativo que Gorz descreve deve fortalecer o movimento dos trabalhadores e levá-lo a realizar seu potencial. Por que não colocar tal processo de educação dentro de um enquadramento temporal generativo, desenvolvendo-se adiante no tempo sem projeção recursiva de um final de jogo futuro imaginado? Gorz quer que o partido eduque modelando a imagem dada de sua vitória, apressando-se no desenvolvimento da consciência de classe. Em outras palavras, a linguagem prefigurativa é abertamente destinada a ativar um processo de reafirmação entre a classe trabalhadora.

Como veremos mais adiante, é à ausência de garantia que a prefiguração agora se apaga. Por enquanto, porém, gostaria de olhar mais de perto os enquadramentos temporais generativos que acompanharam o ethos da unidade meios-fins. Estes aparecem mais cedo e mais consistentemente na

tradição anarquista, a qual nenhum dos criadores do conceito de "política prefigurativa" serviu muito bem.

PRÁTICA ÉTICA E TEMPORALIDADE GERADORA

Carl Boggs publicou seu artigo "Marxismo, Comunismo Prefigurativo e o Problema do Controle dos Trabalhadores" na edição dupla de dez anos da *Radical America*, uma revista iniciada em 1967 por Paul Bhule e membros da *Students for a Democratic Society* (SDS), mas que "longamente sobreviveu à sua sementeira" para se tornar "uma publicação de esquerda eclética, não ligada a nenhuma estratégia única e certamente a nenhuma organização". O principal interesse do artigo são as insurgências do conselho na Rússia, Itália e Alemanha entre 1917-1920, e define o termo "prefigurativo" como "a incorporação, dentro da prática política em curso de um movimento, daquelas formas de relações sociais, decisões – fazer, cultura e experiência humana que são o objetivo final".

A definição de Boggs acima pode ser chamada de definição formal, limitada à própria correspondência entre o objetivo final e a prática contínua, mantendo-se em silêncio sobre seu conteúdo real. Compare isso com suas declarações no artigo que publicou na revista acadêmica *Theory and Society* no mesmo ano, "Processo Revolucionário, Estratégia Política e o Dilema do Poder". Aqui, ele se refere à tarefa prefigurativa como aquela "que expressa os fins últimos do próprio processo revolucionário: autoemancipação popular, relações sociais e de autoridade coletivas, democracia socialista". Aqui, em vez disso, está uma definição substantiva, que, diferentemente da formal, dá um conteúdo de valor particular para ambas as práticas e objetivos. Uma definição substantiva também é usada por Wini Breines, em seu artigo apresentado pela primeira vez nas reuniões anuais de 1979 da *American Sociological Association*, revisado para publicação em *Social Problems* e posteriormente expandido em seu livro *Community and Organization in the New Left, 1962-1968*. Breines, que credita Boggs, define a política prefigurativa como a "tentativa de incorporar valores pessoais e anti-hierárquicos... não capitalistas e comunitárias] contra-instituições".

Observe que a definição formal deixa a política prefigurativa aberta à associação com práticas amplamente variadas, desde os tribunais em espera de pretendentes à coroa a gabinetes parlamentares paralelos a grupos nacionalistas brancos que "prefiguram" a dominação ariana. O que liga as definições formais e substantivas, no entanto, é um contexto político particular. Esta é a oposição às variantes autoritárias do marxismo, cujos fins e meios não correspondem dessa maneira. Na opinião de seus oponentes, enquanto o marxismo autoritário postula uma sociedade comunista sem Estado como seu objetivo final – nas próprias palavras de Lenin, uma "sem força, sem coerção, sem

subordinação" – ele procede por meio de estruturas de cima para baixo e a tomada do estado potência. Não há correspondência entre meios e fins, e a organização e ação revolucionárias são abordadas instrumentalmente. Essa crítica e a alternativa agora identificada com a "política prefigurativa" foram elaboradas pela primeira vez, não pela Nova Esquerda, mas por anarquistas começando um século antes.

Brienes credita o anarquismo e o pacifismo radical como os "precursores reais" da Nova Esquerda, mas não vai além de nomear Paul Goodman e Murray Bookchin como representantes influentes. Em seu artigo para *Theory and Society*, Boggs dedica uma página inteira à contribuição anarquista, descartando-a como tendo apenas "emergido em resposta ao marxismo organizado... com pequenas instituições 'orgânicas' presenciais". Na *América Radical*, embora reconhecendo que a tradição prefigurativa "começa com os anarquistas do século XIX", ele supera a si mesmo (e a Gorz) ao alegar que os anarquistas "desprezaram a política", mostraram "desprezo pela 'teoria' e 'organização' em qualquer forma" e eram "basicamente românticos e utópicos", olhando "para um passado idílico enraizado em um coletivismo primitivo" – tudo sem um fragmento de evidência. Além disso, tendo primeiramente elogiado a estratégia prefigurativa para ver “o estatismo e o autoritarismo como obstáculos especiais a serem derrubados”, Boggs parece recuar das consequências de seu próprio argumento, e quase imediatamente se refere às estruturas prefigurativas como "um núcleo de um futuro estado socialista", enquanto elogia o Conselheiro por não "descartar com desprezo" a "contestação pelo poder do Estado". Embora escritores recentes sobre política prefigurativa tenham feito mais para reconhecer sua dívida com o anarquismo, o que se segue é um exame sistemático de enunciados-chave sobre unidade de meios-fins y na tradição anarquista. Como veremos agora, eles usaram consistentemente um enquadramento temporal generativo, em oposição à prefiguração recursiva.

O conflito formativo entre as facções autoritárias e libertárias da Primeira Internacional veio à tona após a queda da Comuna de Paris de 1871. Quando o fechado Conselho Geral da Internacional decidiu que os trabalhadores deveriam formar seus próprios partidos políticos, os anarquistas realizaram uma contra-conferência em Sonvilier (Bernese Jura). Eles produziram uma circular que definia o contraprograma da revolução social como “Emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores', livre de toda autoridade dirigente, mesmo que essa autoridade fosse eleita e endossada pelos trabalhadores”.

A sociedade do futuro não deve ser outra coisa que a universalização da organização com a qual a Internacional se terá dotado. Devemos, portanto, ter o cuidado de garantir que esta organização se aproxime o mais possível do nosso ideal. Como podemos esperar que uma

sociedade igualitária e livre surja de uma organização autoritária? Impossível. A Internacional, como o embrião da sociedade humana do futuro, é obrigada aqui e agora a espelhar fielmente nossos princípios de liberdade e federação e evitar qualquer princípio que se inclina para a autoridade e a ditadura.

Esse argumento, com sua metáfora embrionária, refere-se ao que hoje pode ser chamado de "path dependency" entre práticas revolucionárias e resultados. A estrada que se percorre determina o destino a que se chega. As escolhas sobre a organização revolucionária (de cima para baixo ou de baixo para cima) acabam determinando tanto a forma da revolução (tomada do poder estatal ou abolição do Estado) quanto seu resultado final (estruturas hierárquicas modificadas ou comunismo livre). Observe que, embora ligado a "princípios", o argumento da Circular da dependência de trajetória na verdade justifica a correspondência meios-fins em termos instrumentais. A tomada do poder estatal não é rejeitada apenas por motivos éticos, apesar de ser considerada um meio revolucionário eficaz. Pelo contrário, é rejeitado como ineficaz, pois não resulta em uma sociedade sem classes, mas em ditadura.

No mesmo ano, Bakunin também insistiu que a Internacional deveria se organizar "de baixo para cima, começando com a vida social das massas e suas reais aspirações" e "não forçando a vida natural das massas na camisa de força do Estado". Isso o levou a elogiar o desinteresse dos communards em tomar o poder do Estado:

"Nossos amigos, os socialistas de Paris, acreditavam que a revolução não poderia ser feita nem levada ao seu pleno desenvolvimento, exceto pela ação espontânea e contínua das massas, dos grupos e das associações do povo... [a sociedade] pode e deve se reorganizar, não de cima para baixo segundo um plano ideal elaborado por sábios ou eruditos nem por decretos promulgados por algum poder ditatorial ou mesmo por uma assembléia nacional... [mas] de baixo para cima, pela livre associação ou federação de trabalhadores."

Por "espontâneo", Bakunin não quer dizer impulsivo ou improvisado, mas autodirigido e voluntário. Tal reorganização social, realizada diretamente nas bases, opõe-se, portanto, às estruturas artificiais de cima para baixo, que mantêm a mesma alienação de poder contra a qual os revolucionários lutam. Como os anarquistas do Jura, ao clamar por uma reorganização social imediata, Bakunin está pensando nos efeitos de longo prazo das ações e estruturas presentes, e nas escolhas que ficam bloqueadas uma vez que determinado caminho é tomado. Ao estender e defender suas próprias formas de organização de baixo para cima, as massas revolucionárias podem atingir diretamente alguns de seus objetivos. Em termos instrumentais, tal organização não apenas evita as armadilhas do autoritarismo e da burocracia, mas também cria uma base social mais forte para greves e insurreições.

Essa ênfase na implementação imediata se tornaria mais tarde parte do conceito anarquista central de ação direta. Esse conceito vai além das táticas disruptivas para um princípio mais amplo de ação sem intermediários. Por meio da ação direta, um grupo ou indivíduo usa seu próprio poder

para evitar uma injustiça ou satisfazer seus desejos, em vez de apelar a um agente externo para fazê-lo por eles. Kropotkin convocou os trabalhadores a expropriar recursos e infraestruturas produtivas, como "o primeiro passo para uma reorganização de nossa produção em princípios socialistas". Enquanto Kropotkin tinha em mente uma revolta em massa, exemplos mais localizados de expropriação direta incluem ocupações de terras e fábricas, ocupação urbana e pirataria digital. Com igual importância, a ação direta inclui a reconstrução imediata dos papéis e relacionamentos sociais, na medida do possível. A expansão, o aprofundamento e a defesa da igualdade e da não dominação atingem seus objetivos imediatamente, assim como uma invasão em massa interrompe diretamente o fraturamento. Em ambos os casos, a conquista pode ser temporária ou frágil, mas não envolve intermediários. Há um paralelo evidente entre esse sentido mais amplo de ação direta e a preferência dos movimentos atuais pela "política prefigurativa" em detrimento do lobby, litígio e política partidária. Em jogo em todos os casos – ruptura, expropriação e reconstrução – está a não alienação do poder coletivo e a rejeição da política de representação.

As consequências da revolução de outubro justificaram as advertências dos anarquistas sobre meios e fins, ocasionando a declaração marcante de Emma Goldman em seu posfácio a Minha desilusão na Rússia. Concluindo suas memórias, Goldman afirma que “Nenhuma revolução pode ter sucesso como fator de libertação a menos que os meios usados para promovê-la sejam idênticos em espírito e tendência aos propósitos a serem alcançados”:

Toda a experiência humana ensina que métodos e meios não podem ser separados do objetivo final. Os meios empregados tornam-se, pelo hábito individual e pela prática social, parte integrante do propósito final; eles a influenciam, modificam, e logo os objetivos e os meios tornam-se idênticos.

Esta é novamente uma declaração de dependência de caminho. Observe, no entanto, a abundância de alusões temporais nestas passagens finais (ênfases originais):

Hoje é o pai de amanhã. O presente projeta sua sombra no futuro... A revolução que se despoja dos valores éticos, lança assim as bases da injustiça, do engano e da opressão para a sociedade futura. Os meios utilizados para preparar o futuro tornam-se sua pedra angular... os valores éticos que a revolução deve estabelecer na nova sociedade devem ser iniciados com as atividades revolucionárias do chamado período de transição. A revolução é o espelho do dia vindouro; é a criança que será o Homem do Amanhã.

Como a metáfora embrionária da Circular Sonvilier, a explicação de Goldman sobre os meios se transformarem em fins faz com que o presente gere o futuro. Com a possível exceção da metáfora do espelho, trata-se de um enquadramento temporal generativo situado no tempo prospectivo, sem recursão. As visões dos revolucionários para o futuro são coisas do presente – extraídas de experiências mentais atuais e trocas discursivas. Mais importante, a interpretação do presente é autocontida, dependente de valores éticos e não de um protótipo prometido ou imaginado. O

amadurecimento não é garantido (a criança "deverá ser", não "será"), mas o que já está realizado tem a "autossuficiência prática" que Auerbach associa à visão moderna.

Isso se mostra uma grande diferença, e não uma questão de mero fraseado, quando consideramos como a ética vivida tem uma qualidade experimental e nova, o que mina a possibilidade de raciocínio recursivo. Rejeitando os planos seguros dos socialistas utópicos e dos planejadores soviéticos, os anarquistas tendem a privilegiar experiências repetidas e concretas de luta social que dão origem a formas inesperadas de poder coletivo e solidariedade. Goldman descreve assim a revolução como “antes de tudo, o transvalorador, o portador de novos valores. É o grande mestre da nova ética, inspirando o homem com um novo conceito de vida”. Ela emprega o termo nietzschiano "transvaloração" (Umwertung) sem mencionar o nome do filósofo, mas é claro que ela tomou de Nietzsche uma atitude que abraça a abertura radical na criação de novas visões e práticas sociais. A emergência de relações que transcendem a dominação é um processo incerto, lúdico e perigoso. No entanto, isso implica que os fins expressos na prática passam por constante reavaliação. Uma política tão aberta torna difícil sustentar qualquer noção fixa de uma "conquista futura", tornando-a instável demais para agir coerentemente como fonte de prefiguração recursiva. Tal indeterminação parcial de fins só faz sentido dentro de um enquadramento temporal generativo, em que o futuro é visto como o produto desconhecido das *affordances* e contingências que o precederam.

PROMESSA AUSENTE, CRISE E ESPERANÇA

Até agora, vimos que os enquadramentos temporais que acompanham os relatos anarquistas da estratégia ética têm sido generativos e não prefigurativos no sentido temporal, buscando moldar um futuro ainda desconhecido a partir do presente. Sua natureza experimental afasta esse enquadramento do “processo de reafirmação” e em direção a uma visão mais modesta de projetos orientados para o futuro. No entanto, se as relações sociais não hierárquicas devem ser estendidas e defendidas sem a garantia de um momento histórico, nem uma determinação completa de fins, o que resta das imaginações ativistas do futuro?

Uma resposta — "talvez nada" — marca uma tendência recente na expressão ativista que tenta absorver a realização revolucionária inteiramente nas práticas éticas atuais, dissociando-a completamente do futuro. Para citar alguns exemplos ilustrativos:

A revolução existe em todos os momentos de nossas vidas... no presente, não em algum futuro mítico possível.
– “Monkey”, 1999³

3 Disponível em: bit.ly/2oUPgEb

É crucial que busquemos mudanças não em nome de alguma doutrina ou grande causa, mas em nome de nós mesmos, para que possamos viver vidas mais significativas... em vez de direcionar nossa luta para mudanças históricas mundiais que iremos não viver para testemunhar.

– CrimethInc., 2000⁴

A revolução é agora, e devemos deixar que os desejos que temos sobre o futuro se manifestem no aqui e agora da melhor maneira possível. Quando começamos a fazer isso, paramos de lutar por alguma condição abstrata para o futuro e, em vez disso, começamos a lutar para ver esses desejos realizados no presente... como o florescer de uma existência autodeterminada.

– Hodgson, 2003⁵

Com aprovação, o geógrafo anarquista Simon Springer teoriza tais perspectivas como um anarquismo micropolítico, que rejeita a “política de estado final”, prefere a “insurreição permanente” à “revolução final” e “abandona qualquer pretexto de alcançar uma sociedade completamente livre e harmoniosa em o futuro e, em vez disso, concentra-se nas imediações da práxis anarquista e uma política prefigurativa de ação direta no presente”. Além disso, em tais expressões, o próprio desejo de habitar ambientes sociais não dominantes é muitas vezes apresentado como a principal motivação para construí-los. Em tais afirmações, a libertação individual e a luta social cada uma fornecendo a motivação da outra. Lembrando o slogan também atribuído a Goldman – “Se não posso dançar, não é minha revolução” – essa abordagem da prática anarquista se afasta de uma política de auto-sacrifício para uma política de auto-realização e estilo de vida revolucionário.

A virada para o presente muitas vezes suscitou controvérsias, sendo descrita como um sintoma de redes ativistas se tornando meras cenas culturais, abandonando a política revolucionária por buscas egoístas. Outra crítica⁶ tem sido que o foco de curto prazo, tanto na reprodução cultural, quanto nas táticas de confronto, negligencia a construção de movimentos e a solidariedade de classe. Minha própria crítica é um pouco diferente. Eu gostaria de argumentar que tais expressões de “presentismo”, em sua ânsia de evitar um adiamento leninista de fins revolucionários, também evitam convenientemente as consequências de um enquadramento temporal generativo. Enquanto as declarações acima descartam o futuro como “distante”, “mítico” ou “abstrato”, nenhuma ameaça à prática ética vivida é realmente representada por imaginar cenários sociais de longo prazo ou pensar gerações à frente. Em vez disso, eu sugeriria que o presentismo cobre uma relutância em confrontar a promessa ausente de realização revolucionária, bem como as perspectivas sombrias que se tornam evidentes quando os ativistas abordam o futuro de forma generativa.

4 Disponível em: bit.ly/2pwUEBg

5 Disponível em: bit.ly/2fHCXbw

6 Disponível em: <http://bit.ly/2yozE3W>

Para os movimentos transformadores, a imaginação do futuro não é mais estruturada pelas expectativas revolucionárias tradicionais. Há um século ou mais, anarquistas como Bakunin, que haviam experimentado as revoluções de 1848 e 1871, ainda podiam [esperar]⁷ que "quando a hora da Revolução Popular soasse novamente", ela levantaria a "aliança revolucionária simultânea e ação de todos os povos do mundo civilizado" contra a reação. Kropotkin também estava convencido⁸ de que "uma grande revolução está crescendo na Europa", que testemunharia "uma rápida modificação de ultrapassadas instituições econômicas e políticas" e "um deslocamento de riqueza e poder político", em um curto período com "duração de vários anos". Tais expectativas não exigiam um apelo à inevitabilidade histórica; eles foram baseados em uma compreensão instintiva de ciclos de discórdia, e uma apreciação – muito alta, em retrospectiva – do poder generativo dos movimentos de massa investidos em sua base material e cultural. Hoje, no entanto, mesmo uma promessa tão cautelosa de revolução nos países capitalistas avançados parece forçada. O século passado continuou a ver revoluções políticas democráticas e socialistas, bem como golpes militares e guerras civis, mas nenhuma conseguiu uma sociedade sem classes. O tremendo crescimento nos poderes militares e de vigilância dos estados, o apelo contínuo do nacionalismo e o entendimento de que não há um centro de poder fundamental aberto a um ataque definitivo também tornaram obsoletas essas expectativas otimistas.

Ainda mais crucial, qualquer disposição generativa para o futuro deve agora levar em conta a transgressão da civilização industrial de múltiplos pontos de inflexão planetária, à medida que o uso global de recursos continua a crescer inabalável. Portanto, quaisquer expectativas de mudança social devem ser projetadas em um futuro moldado por mudanças climáticas descontroladas, esgotamento de energia, colapso de ecossistemas, desigualdade, privação e conflito. Meu argumento é que a linguagem prefigurativa pode oferecer um falso conforto na ausência de promessa revolucionária, encobrendo a consciência de crises planetárias convergentes. O espaço afetivo ligado à disposição para o futuro, há muito vago pela segurança e até mesmo pelo otimismo expectante, agora está cheio de ansiedade, frustração e culpa. A terminologia "prefigurativa" evita essa crise, evitando uma disposição explícita para o futuro e, ao mesmo tempo, insinuando, ainda que vagamente, a garantia de que o futuro realizado já está irradiando para trás as ações dos ativistas hoje.

⁷Disponível em: bit.ly/2oziXdd0

⁸Disponível em: bit.ly/29kdEqM

Os leitores podem decidir por si mesmos se estou no caminho certo ou se estou pensando demais. De qualquer forma, a tarefa urgente nessa área parece ser uma reformulação dos enquadramentos generativos para explicar o colapso prolongado, desigual e irreversível.

Mas se o termo "política prefigurativa" devesse ser abandonado, o que poderia substituí-lo? Um foco na substância, como na "política anti-hierárquica", certamente poderia ir muito longe. Mas a unidade meios-fins e a prática ética podem ser enquadradas de forma ainda mais produtiva, de uma forma que (a) sugira temporalidade generativa, em vez de recursiva, e (b) encoraje uma atitude diferente de reafirmação, que ainda pode sustentar o confronto com crises convergentes? Para encerrar, gostaria de oferecer reflexões iniciais sobre uma possível maneira de abordar essa questão, baseando-se no conceito de "utopia concreta" de Ernst Bloch.

Em sua maior obra, **O Princípio da Esperança**, Bloch traça uma variação utópica e não-autoritária do pensamento marxista. Ele olha além da "utopia" como uma descrição literária de uma sociedade modelo para o que ele chama de "função utópica positiva" de imaginações que "estendem, de maneira antecipada, o material existente para as possibilidades futuras de ser diferente e melhor". A ancoragem na realidade presente separa tais imaginações do que Bloch chama de "utopismo abstrato", que vai de projetos sociais a devaneios pessoais. Isso porque o utopismo concreto "não brinca e se perde em um Vazio-Possível, mas antecipa psicologicamente um Real-Possível". A prefiguração teológica e suas ressonâncias remanescentes claramente pertencem à categoria abstrata. Em distinção, o "ainda não" de Bloch enfrenta todos os estados futuros possíveis do mundo real, enquanto extrai esperança das tendências e latências de um presente autotransformador. Como resultado, escreve ele, os impulsos utópicos concretos correspondem não à fantasia, mas à esperança e à ação:

A função utópica como atividade compreendida da emoção expectante, da esperança-premonição, mantém a aliança com tudo o que ainda é matutino como no mundo. A função utópica entende o que está explodindo, porque é ela mesma de uma forma muito condensada: sua Ratio é a Ratio não enfraquecida de um otimismo militante. Portanto: o *conteúdo-ato* da esperança é, como conteúdo conscientemente iluminado, conscientemente elucidado, a *função utópica positiva.*

O enquadramento temporal de Bloch do utopismo concreto é generativo. É um comportamento-pensamento que "contém em si o impulso para a frente de uma conquista que pode ser antecipada". Certamente, Bloch mantém fidelidade à tradição marxista e algum apego à sua determinação pode ser sentido em seu relato da utopia concreta. Fiel às cores, ele coloca seu brilho erudito na demissão obrigatória do anarquismo, personificada nas sensibilidades "pequeno-burguesas" de Stirner e Proudhon e na "completa monomania de ódio à autoridade" de Bakunin. Ao

lado de seu individualismo, Bloch afirma, a imagem anarquista da liberdade é "um pouco de futuro no futuro, para o qual não existem pré-requisitos presentes em nenhum lugar", enquanto "certos temas anárquicos" são "já encontrados no marxismo, com bastante sensatez não como postulados presentes, mas como profecias e conclusões". Aqui, Bloch presta a si mesmo um verdadeiro desserviço ao deixar de vincular sua utopia concreta ao que Boggs mais tarde chamaria de "tradição prefigurativa" do anarquismo e do conselho. Ainda mais do que o ato-conteúdo mental da esperança, é a construção de alternativas vivas que expressa concretamente a função utópica positiva. Com os preconceitos marxistas à distância, no entanto, uma "política da utopia concreta" pode de fato substituir a "política prefigurativa" como um descritor colorido para a unidade meios-fins.

Enquanto a ideia de utopia concreta liga com sucesso a prática ética a um enquadramento temporal generativo, o princípio de esperança de Bloch, extraído do ainda-não, requer mais modificações. O que acontece com esse princípio, uma vez que a antecipação se dirige não apenas à fruição de esforços utópicos concretos, mas também às consequências inevitáveis do excesso de alcance industrial e neoliberal? Uma resposta promissora pode ser encontrada nas ideias de esperança "ansiosa" e "catastrófica", elaboradas por Bürge Abiral em seu trabalho⁹ com ativistas práticos da sustentabilidade na Turquia. Sem surpresa, ativistas que promovem sustentabilidade comunitária, biorremediação, transição energética e projeto de sistemas de permacultura estão entre os mais sintonizados com os prognósticos de colapso. Abiral associa assim a ideia de "esperança ansiosa" ao grão de ansiedade que acompanha sempre a "crença de que as pequenas ações importam... que *não* é tarde demais para agir".

Em vez de ser o oposto da esperança, a ansiedade é uma companheira dela. Esta esperança repousa sobre gelo fino. Os resultados desejados ligados à esperança, e os efeitos esperados podem nunca se concretizar, e os permacultores estão bem cientes disso... Em vez de levar os permacultores ao desespero, a ansiedade que eles sentem pelo futuro acompanha sua condição esperançosa e tudo mais os empurra para agir no presente.

Conviver com a esperança ansiosa é a esperança catastrófica, um afeto que "combina uma visão catastrófica do futuro com a convicção de que as coisas boas continuarão a acontecer apesar e por causa dos desastres que se aproximam". A esperança catastrófica serve como um substituto, fornecendo socorro mesmo quando atende aos piores cenários de extinção. Tal esperança pode esperar a adoção de alternativas radicais a partir da urgência e necessidade de um mundo decadente, e das aberturas revolucionárias que isso pode envolver. Tomadas em conjunto, formas ansiosas e

9 Disponível em: <http://bit.ly/2yqR7Gt>

catastróficas de esperança sugerem alternativas promissoras para as tentações de reafirmação, prefiguração e negação.

CONCLUSÃO

Os conceitos percorrem caminhos acidentais. “Esquerda” e “Direita” são exemplos óbvios de como a pura contingência moldou nosso vocabulário político. Um conceito muitas vezes se institucionaliza, não por sua riqueza inerente ou poder explicativo, mas apenas por sua emergência ou apropriação em um determinado contexto e em um determinado momento, com o consequente processo irreversível de disseminação e repetição entre os escritores. Este é também o caso da política prefigurativa. Em uma conversa por e-mail, Boggs me confirmou que chegou ao termo por conta própria, inspirado na época pelas ideias de Gramsci e Bookchin, mas desconhecendo seu uso pelos Padres da Igreja ou por Gorz. Mas mesmo admitindo que o termo chegou aos movimentos sociais por meio de uma linha de transmissão quebrada, sua ressonância temporal permanece preservada em seu prefixo literal e continua a suscitar questões preocupantes para quem o emprega.

Seguindo a influente discussão da etnóloga Jane Guyer sobre os enquadramentos temporais como uma área na qual indivíduos e grupos buscam inteligibilidade, este capítulo examinou o que ela chamou de “vinculações e dissonâncias ainda persistentes e emergentes que escapam de seus termos de referência” no conceito de política prefigurativa. Ao expor o pano de fundo do termo, procurei arrancar a prática ética vivida da mão fantasmagórica da temporalidade recursiva. Reconceber tal prática em termos de utopia concreta nos permite capturar melhor seu enquadramento generativo na tradição anarquista, ao mesmo tempo em que descartamos as confusas ideias teológicas de recursão ligadas ao termo “prefiguração”. A abordagem que ofereci busca enfrentar um futuro tóxico apesar da ausência de promessa revolucionária, aproveitando a esperança ansiosa e catastrófica que acompanha os esforços para construir espaços de liberdade, igualdade e solidariedade. De frente, temos apenas um no outro para confiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E LEITURAS ADICIONAIS

Abiral, B. (2015) "Catastrophic Futures, Anxious Presents: Lifestyle activism and hope in the Permaculture movement in Turkey". Masters dissertation, Sabanci University

- Auerbach, E. (1944/1984) "Figura", in **Scenes from the Drama of European Literature.** Manchester University Press.
- Bakunin, M. (1866), "Revolutionary Catechism". in **Bakunin on Anarchism,** ed. S. Dogloff. New York: Knopf. bit.ly/2oziXdd
- Bakunin, M. (1871a), "The Program of the Alliance", in Dogloff. bit.ly/2oph5rs
- Bakunin, M. (1871b), "The Paris Commune and the Idea of the State", in Dogloff . bit.ly/1X61E2J
- Bloch, E. (1959/1995) **The Principle of Hope** (vol. 3), trans. N. Plaice, S. Plaice and P. Knight. Cambridge, MA: MIT Press
- Boggs, C. (1977a) "Marxism, Prefigurative Communism and the Problem of Workers' Control", **Radical America** 11(6)/12(1), pp.99-122.
- Boggs, C. (1977b) "Revolutionary Process, Political Strategy and the Dilemma of Power", **Theory and Society** 4(3), pp.359-93
- Bookchin, M. (1980) "Anarchism Past and Present", **Comment** 1.6. bit.ly/2wxJNLg
- Bookchin, M. (1995) **Social Anarchism and Lifestyle Anarchism: An unbridgeable chasm.** Oakland: AK Press
- Breines, W. (1980) "Community and organization: The New Left and Michels' "Iron Law"", **Social Problems** 27(4), pp.419-429
- Breines, W. (1982) **Community and Organization in the New Left.** New York: Praeger
- Brucato, B. (2013) "Toward a Peak Everything Postanarchism and a Technology Evaluation Schema for Communities in Crisis". **Anarchist Studies** 21(1), pp.28-51
- Buechler, S. M. (2000) **Social Movements in Advanced Capitalism.** Oxford University Press.
- Carter, J. and D. Morland (2004) "Anti-capitalism: Are we all anarchists now?" in **Anti-capitalist Britain,** Gretton: New Clarion Press
- Center for Digital Scholarship (n.d.) **Radical America** – 1967-1999 (online archive). bit.ly/1sAXvqQ
- Cohn, N. (1957) **The Pursuit of the Millennium.** London: Granada
- CrimethInc. (2000) "Alive in the Land of the dead". In **Days of War, Nights of Love: CrimethInc. for beginners.** Olympia, WA: CrimethInc. bit.ly/2pwUEBg
- Danowski, D. and E. Viveiros de Castro (2017). **The Ends of the World.** Cambridge: Polity.

- Davis, L. (2010) "Social anarchism or lifestyle anarchism: an unhelpful dichotomy". **Anarchist Studies** 18(1), pp.62-82
- De Lubac, H. (1938/1988) **Catholicism: Christ and the common destiny of man.** San Francisco: Ignatius Press
- Eckhardt, W. (2016) **The First Socialist Schism.** Oakland: PM Press.
- Evans, S. (2009) "Sons, daughters, and patriarchy: Gender and the 1968 generation". **The American Historical Review** 114(2), pp.331-347.
- Firth, R. and A. Robinson (2014) "For the Past Yet to Come: Utopian conceptions of time and becoming". **Time & Society,** 23(3), pp.380-401.
- Franks, B. (2014) "Anti-Fascism and the Ethics of Prefiguration". **Affinities** 8(1).
- Futrell, R. and P. Simi (2004). "Free Spaces, Collective Identity, and the Persistence of US White Power Activism", **Social Problems** 51(1), pp.16-42
- Goldman, E. (1925) Afterword to **My Disillusionment in Russia.** Garden City, NY: Doubleday. bit.ly/1qvPiSP
- Gordon, U. (2008) **Anarchy Alive! Anti-authoritarian politics from practice to theory.** London: Pluto. bit.ly/2oJT9hM
- Gorz, A. (1968) "The way forward", **New Left Review** I/52, pp.47-66.
- Groves, C. (2016) Emptying the future: on the environmental politics of anticipation. **Futures** 88. bit.ly/2nww1Dw
- Guyer J. (2007) "Prophecy and the near future: thoughts on macroeconomic, evangelical, an punctuated time". **American Ethnologist** 34(3): 409–421
- Haraway, D. (2016) "Tentacular Thinking: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene". **e-flux** 75. bit.ly/2oLmB5y
- Harvey, W. W., ed. (1857) **Sancti Irenaei episcopi lugdunensis libros quinque adversus haereses.** Cambridge: Typis Academicis. bit.ly/1ONDTsY
- Hill, C. (1986) "The religion of Gerrard Winstanley", in **Collected Essays** (vol.2). Brighton: Harvester
- Hodgson, T. (2003) "Towards Anarchy: The Revolution is Now" (blog post). bit.ly/2fHCXbw
- Howard, N., and K. Pratt-Boyden (2013) "Occupy London as pre-figurative political action", **Development in Practice** 23(5-6), pp.729-41.

- Jura Federation (1871), "La Circulaire de Sonvilier", in J. Guillaume (1905) **L'Internationale: Documents et Souvenirs, 1864-1878.** Paris: Société Nouvelle. bit.ly/2oppf3h
- Juris, J. (2008) **Networking Futures.** Durham, NC: Duke University Press.
- Knott, J. R. (2011) **The Sword of the Spirit.** Eugene, OR: Wipf & Stock
- Krøijer, S. (2010) "Figurations of the Future: On the Form and Temporality of Protests among Left Radical Activists in Europe". **Social Analysis** 54:3, pp.139–152
- Kropotkin, P. (1988) **Act for yourselves. Articles from Freedom, 1886-1907,** eds. N. Walter and H. Becker. London: Freedom
- Kropotkin, P. (1886) "What Revolution Means", **Freedom** 1(2). bit.ly/29kdEqM
- Kuhn, G. (2016) "Revolution Is More Than a Word: 23 Theses on Anarchism" (blog post), bit.ly/23Y6DB4
- Koselleck, R. (1977/2004) "On the Disposability of History", in **Futures Past,** trans. K. Tribe. New York: Columbia University Press, pp.192-204
- Lawrence, C. and Churn, N., eds. (2012) **Movements in Time: Revolution, social justice and times of change.** Newcastle: Cambridge Scholars
- Lear, J. (2009) **Radical Hope: Ethics in the face of cultural devastation.** Harvard University Press
- Lenin, V. I. (1917) **The State and Revolution.** London: Penguin
- Levitas, R. (1990) "Ernst Bloch on Abstract and Concrete Utopia". **Utopian Studies** 1:2, pp. 13-26
- Maeckelbergh, M. (2011) "Doing is Believing: Prefiguration as strategic practice in the alterglobalization movement", **Social Movement Studies** 10(1), pp.1-20
- Marcuse H. (1969) **An Essay on Liberation.** Boston: Beacon Press. bit.ly/2aqe1mt
- McAdam, D. and W. H. Sewell (2001) "It's about time: Temporality in the study of social movements and revolutions" in **Silence and voice in the study of contentious politics.** Cambridge University Press, pp.89-125.
- Migne, J.-P. (1845) **Patrologia Latina.** Paris: Garnier.
- Milstein, C. (2000), "Reclaim the cities: from protest to popular power". **Perspectives on Anarchist Theory** 4(2); bit.ly/2wvsmea
- Monkey (1999) "Forest Life" (blog post). bit.ly/2oUPgEb
- Olson, J. (2009) The problem with infoshops and insurrection: US anarchism, movement building, and the racial order. In **Contemporary Anarchist Studies,** eds. R.

- Amster, A. DeLeon, L. Fernandez, A. Nocella and D. Shanon. London: Routledge, pp.35-45
- Portwood-Stacer, L. (2013) **Lifestyle politics and radical activism.** New York: Bloomsbury.
- Ringel, F. (2012) "Towards anarchist futures? Creative presentism, vanguard practices and anthropological hopes". **Critique of Anthropology** 32(2) pp.173-188
- Rossdale, C. (2015). "Dancing ourselves to death: The subject of Emma Goldman's Nietzschean anarchism", **Globalizations** 12(1), pp.116-133.
- Rothbard, M. (1990) "Karl Marx: Communist as religious eschatologist", **The Review of Austrian Economics** 4, pp.123-179.
- Shulman, A. K. (1991) "Women of the PEN: Dances with feminists", **Women's Review of Books** 9(3), p.13
- Siltanen, J., F. Klodawsky, and C. Andrew (2015) ""This is how I want to live my life": An experiment in prefigurative feminist organizing for a more equitable and inclusive city", **Antipode** 47(1), pp.260-79
- Springer, S. (2014) Why a radical geography must be anarchist. **Dialogues in Human Geography** 4(3)
- Tokar, B. (2003) "Review of Joel Kovel, *The Enemy of Nature*", **Tikkun** 18.1, pp.77-8
- Van de Sande, M. (2013) "The Prefigurative Politics of Tahrir Square – An Alternative Perspective on the 2011 Revolutions", **Res Publica** 19(3), pp.223-239
- Winstanley, G. (1649/2009) "The True Levellers Standard Advanced", in **Complete Works** (vol.2), eds. T. Corns, A. Hughes and D. Loewenstein. Oxford University Press., pp.1-30
- Yates, L. (2015) "Rethinking prefiguration: Alternatives, micropolitics and goals in social movements", **Social Movement Studies** 14(1), pp.1-21